



Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2003

Ilmo. Sr.

José Cesário Cecchi

Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural

Agência Nacional do Petróleo – ANP

Ref: Consulta Pública sobre Minutas de Portarias de regulamentação para o livre Acesso, Cessão de Capacidade e Critérios Tarifários aplicáveis ao transporte dutoviário de gás natural.

Prezado Senhor,

Em atendimento à Consulta Pública acima em referência, vimos apresentar nossos comentários:

1. Minuta de Portaria para o Livre Acesso às instalações de transporte dutoviário para gás natural.

Entendemos que a indústria do gás natural no Brasil por ainda não se encontrar em estágio maduro, necessita de estímulos aos investimentos em infra-estrutura e, de certa maneira, a atração destes investimentos demanda uma contrapartida em termos de proteção.

Entretanto, no nosso entendimento, a nova proposta de redação da portaria de livre acesso cristaliza o monopólio, que na realidade já existe em todo o país, da Petrobrás conferindo-lhe a legitimidade que a Lei 9478/97 tentou restringir.

Em termos práticos a nova minuta insere uma proposta de limitação de acesso às instalações de transporte ao invés de regular as condições de acesso.

Em termos jurídicos parece-nos que a Portaria, caso seja aprovada com o texto atual, traria restrições ao cumprimento por parte das distribuidoras estaduais de gás natural das exigências da Lei 8666 no tocante à contratação da compra de volumes de gás natural. Este aspecto impactará o relacionamento que os produtores de gás natural vêm procurando desenvolver junto a seus possíveis clientes.

Evidentemente, para a instalação de novas estruturas de transporte de gás natural os investidores iniciais precisam de algum tipo de garantia de retorno do seu investimento e, neste sentido, entendemos como positiva a limitação do acesso durante um período de tempo definido apenas para estas novas instalações.

Especificamente com relação ao texto proposto gostaríamos de comentar os seguintes pontos:

1.1 – Art 2º Definições, item V:

- V. Capacidade Ociosa de Transporte: diferença entre a Capacidade Máxima de Transporte e o volume diário de gás natural programado para o Serviço de Transporte Firme;

A definição dada para Capacidade Ociosa de Transporte juntamente com a provisão do Artigo 5º de Oferta de Serviço de Transporte Interruptível utilizando-se toda a capacidade não utilizada, não estimula a compra de Serviço de Transporte Firme. Nosso entendimento é que a redação anterior da Portaria 169 deveria ser mantida e o Serviço Interruptível deveria ser operado somente para a capacidade ociosa de transporte. Afinal, é o Serviço de Transporte Firme que irá dar a garantia de retorno ao investimento.

1.2 – Art 2º Definições, item XI:

- XI. Mercado Emergente: mercado localizado em uma área geográfica limitada, correspondente a uma região de concessão estadual de distribuição de gás canalizado, na qual o primeiro fornecimento comercial de seu primeiro contrato de longa duração tenha sido efetuado há menos de 8 (oito) anos;

Ao se definir geograficamente uma área para mercados emergentes delimitada exatamente pelas concessões estaduais de distribuição, parece haver conflito de instâncias de regulamentação, já que a ANP não é responsável pela regulação de concessões estaduais de distribuição de gás. A definição apresenta ainda problema, o de não definir o contrato de longa duração e dentro de uma mesma área de concessão podem haver mercados em níveis diferentes de maturidade, inclusive com possibilidade de clientes terem acesso às redes de distribuição.

1.3 – Art 2º Definições, item XII:

- XII. Nova Instalação de Transporte: Instalação de Transporte com Autorização de Operação (AO) expedida há menos de 4 (quatro) anos, ao longo de toda sua extensão, conforme projeto aprovado, que não interligue Pontos de Recepção e Entrega já conectados por dutos existentes;

Para incentivar o investimento em novos gasodutos entendemos ser necessário um prazo de proteção mais longo que garanta o retorno ao carregador inicial, principalmente em regiões distantes das jazidas de produção. Também consideramos importante esclarecer que a limitação do acesso deva ser tratada apenas para novas instalações e não para expansões ou loops.

Então a sugestão de texto para a definição seria a seguinte:

XII. Nova Instalação de Transporte: Instalação de Transporte com Autorização de Operação (AO) expedida há menos de 8 (oito) anos, ao longo de toda sua extensão, conforme projeto aprovado, que não interligue Pontos de Recepção e Entrega já conectados entre si por dutos existentes.

1.4 – Art 4º:

Art. 4º O Transportador permitirá o acesso não discriminatório de Interessados às suas Instalações de Transporte, assim como a conexão de suas instalações com outras Instalações de Transporte, exceto nos casos em que a solicitação do serviço:

- I. refira-se a Novas Instalações de Transporte; ou
- II. destine-se ao transporte de gás natural para Mercados Emergentes.

§ 1º - As condições operacionais necessárias à conexão de Instalações de Transporte de distintos Transportadores, incluídas as conexões de fronteira do país, serão formalizadas em acordos de interconexão.

§ 2º - Caso o transportador permita o acesso nas situações caracterizadas nos itens I e II, deverá fazê-lo de forma não discriminatória.

1.5 – Art 5º:

Art. 5º O Transportador atenderá Interessados em contratar Serviço de Transporte Interruptível, utilizando-se da Capacidade Ociosa de Transporte, sempre que o trecho solicitado em sua Instalação de Transporte esteja operando, na média diária dos 6 meses anteriores, a pelo menos 70% de sua Capacidade Máxima de Transporte, o que evidencia o risco de interrupção que caracteriza este serviço.

Além da modificação da definição de Capacidade Ociosa de Transporte, não vemos a necessidade de se limitar a oferta do serviço pelo fator de carga da instalação. Ao contrário, a oferta de serviço interruptível deverá contribuir para otimizar a instalação. Então sugerimos a inclusão da seguinte redação:

Art. 5º O Transportador atenderá Interessados em contratar Serviço de Transporte Interruptível, utilizando-se da Capacidade Ociosa de Transporte.

1.6 – Art 7º:

Art. 7º Toda Capacidade Disponível de Transporte para a contratação de STF em Instalações de Transporte em operação será ofertada e alocada segundo os procedimentos de CPAC, observado o art. 4º desta Portaria.

§2º Caso a Capacidade Disponível de Transporte de que trata o caput deste artigo seja resultante do fim do prazo de vigência de contrato de STF, o Carregador possuidor deste contrato terá preferência na recontração da capacidade, desde que ofereça as mesmas condições da melhor proposta apresentada no CPAC.

Considerando o estágio atual da indústria de gás no país completamente dominada pela Petrobrás, entendemos que esta provisão, que na prática se trata de um "matching right" muito utilizado em acordos societários, não irá contribuir para incentivar a existência de competidores no transporte de gás natural. Sendo assim, sugerimos suprimir este parágrafo.

1.7 – Art 8º:

Art. 8º O regulamento do CPAC observará os princípios da transparência, da isonomia e da publicidade e disporá sobre:

- V. Critério de alocação de capacidade entre os Interessados baseado no menor preço de gás natural ofertado;
- VII. Qualquer outro aspecto considerado relevante pelo Transportador.

Entendemos que o critério de utilizar o menor preço de gás natural e não a menor tarifa de transporte não incentiva a otimização e eficiência dos investidores no transporte, bem como a busca do menor custo do capital. Além disso, o preço de compra do gás pode ser afetado pela condição comercial (Take or Pay e Delivery or Pay mais alto ou mais baixo) que não estaria sendo analisada. Então sugerimos uma nova redação para o item V:

- V. *Critério de alocação de capacidade entre os Interessados baseado na menor tarifa de transporte, sendo este superior à Tarifa Mínima aceita pelo transportador para sua instalação.*

Também entendemos que o item VII do mesmo artigo é muito vago, adiciona incertezas, e deixaria para o Transportador a função de regulamentar o CPCA. Acreditando não ser esse o objetivo da presente minuta, sugerimos assim a supressão do item.

2. Minuta que regulamenta a cessão de capacidade

Art. 4º As operações de cessão de capacidade serão previamente informadas ao transportador e à ANP.

§ 3º As operações de cessão de capacidade contratada de transporte realizadas entre empresas controladas ou coligadas ou por um prazo máximo de 02 (dois) anos poderão ser negociadas diretamente entre o carregador cedente e o carregador cessionário, incluindo-se as condições de preço e forma de pagamento.

Entendemos que deveria haver limite para a renovação para cessões negociadas diretamente.

3. Minuta que regulamenta os critérios tarifários para o transporte de gás natural.

3.1 – Art 4º:

Art. 4º As tarifas aplicáveis a cada serviço e/ou carregador serão compostas por uma estrutura de encargos relacionados à natureza dos custos atribuíveis a sua prestação, devendo refletir:

- III. Os Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional, além da busca de competitividade e do desenvolvimento da indústria de gás natural.

Entendemos ser muito vago atrelar a definição das tarifas de transporte aos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional, ainda nem conhecidos. Esta provisão aumenta os riscos para os investidores.

3.2 – Art 9º:

Art. 9º O transportador repassará a todos os carregadores firmes 90% (noventa por cento) do resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, decorrentes da utilização de capacidade ociosa de transporte, descontados os tributos a serem recolhidos, aplicáveis a cada Carregador, de forma proporcional à ociosidade de cada contrato no correspondente trecho utilizado;

O repasse de 90% da venda de serviços de transporte interruptíveis para os carregadores firmes não incentiva a busca pelo transportador de clientes interruptíveis e talvez não cubra os custos de administrar as nomeações, programações e variações destes clientes interruptíveis;

Jean-Michel Lavergne
Diretor Gás & Energia
Total Gás e Eletricidade do Brasil